

CINECLUBE NA ESCOLA: POSSIBILIDADES PARA ABORDAGEM DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

CINECLUB EN LA ESCUELA: POSIBILIDADES PARA ABORDAR LA DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO

FILM CLUB AT SCHOOL: POSSIBILITIES FOR ADDRESSING SEXUAL AND GENDER DIVERSITY

Roberto Luiz Chamiço Netto

Mestre em Educação. Professor e Coordenador do Curso Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Ibrate.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2302-6540>

E-mail: rchamisso@yahoo.com.br

Luís Fernando Lopes

Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Campus Irati PR.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7925-9653>

E-mail: fernandocater@gmail.com

RESUMO

Este estudo, de caráter bibliográfico e documental, é um recorte de pesquisa realizada no mestrado profissional em educação e que teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades na abordagem da temática: diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente. A prática cineclubista, aqui apresentada na forma de produto tecnológico educacional, oferece possibilidades diferenciadas para abordagem da temática diversidade sexual e de gênero no contexto escolar. As fontes documentais consideraram principalmente jornais, revistas e relatórios militares da época da Ditadura. Os aportes teóricos consideraram sobretudo as contribuições de Torres (2013), Santos (2016), Reis (2018), e ainda, Louro (1997). Os resultados apontam que o distanciamento e a vergonha dos debates escolares favorecem a continuação de atitudes preconceituosas, discriminatórias e a manutenção do padrão heteronormativo masculinizado.

Palavras-chave: cinema; direitos humanos; educação; formação docente.

ABSTRACT

This bibliographic and documentary study is a part of research conducted in the professional master's degree in education and aimed to analyze the challenges and possibilities in approaching the theme: sexual and gender diversity in teaching education and practice. The film club practice, presented here in the form of an educational technological product, offers different possibilities for approaching sexual and gender diversity in the school context. The documentary sources considered newspapers, magazines, and military reports from the Dictatorship era. The theoretical contributions considered the contributions of Torres (2013), Santos (2016), Reis (2018), and Louro (1997). The results indicate that the distance and shame in school debates favor the continuation of prejudiced, discriminatory attitudes and the maintenance of the masculine heteronormative standard.

Keywords: education; human rights; movie theater; teacher education.

RESUMEN

Este estudio bibliográfico y documental forma parte de una investigación realizada en la maestría profesional en educación y tuvo como objetivo analizar los desafíos y posibilidades en el abordaje del tema: diversidad sexual y de género en la formación y práctica docente. La práctica del cineclub, presentada aquí en forma de producto tecnológico educativo, ofrece diferentes posibilidades para abordar la diversidad sexual y de género en el contexto escolar. Las fuentes documentales consideraron principalmente periódicos, revistas e informes militares de la época de la Dictadura. Los aportes teóricos consideraron principalmente los aportes de Torres (2013), Santos (2016), Reis (2018) y también Louro (1997). Los resultados indican que la distancia y la vergüenza en los debates escolares favorecen la continuación de actitudes prejuiciosas y discriminatorias y el mantenimiento del estándar heteronormativo masculino.

Palabras clave: cine; derechos humanos; formación docente; educación.

INTRODUÇÃO

Ao realizar uma análise retrospectiva, é possível observar que a homossexualidade foi amplamente desaprovada ou condenada em várias civilizações e culturas ao longo do tempo. No entanto, essa não foi sempre a perspectiva adotada. Registros históricos mais antigos indicam que a prática da homossexualidade era aceita e respeitada em certas sociedades. Historiadores afirmam que há evidências em cerâmicas, esculturas e pinturas de civilizações como a Índia, Egito, Grécia e América, nas quais a homossexualidade era "tolerada".

A fim de compreender o significado da homossexualidade na contemporaneidade e, principalmente, para a população LGBTQIA+, é fundamental analisar os aspectos que transcendem a dimensão sexual que a homossexualidade desempenhou no passado. Para tanto, é necessário voltar o olhar para tempos remotos e examinar diversas culturas, além de compreender como o Movimento LGBTQIA+ no Brasil possibilitou o envolvimento de discussões que hoje são propostas em sala de aula. O uso correto do termo homossexualidade é cada vez mais necessário para identificar e garantir os direitos inerentes ao ser humano, incluindo a vida digna. O movimento no avanço pelas lutas e conquistas LGBTQIA+, é apoiado pelo uso adequado da terminologia.

Vale lembrar que a legislação brasileira sobre gênero e sexualidade, entre outros dispositivos legais, inclui: a) Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual; b) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), que destaca o respeito à liberdade e apreço à tolerância com como um dos princípios basilares do ensino; c) O Plano Nacional de Educação, que define entre suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; d) o Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma o direito de toda

criança e adolescente à liberdade; e) o Decreto nº 11.471/2023: que Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras; f) o Estatuto da Diversidade Sexual, ainda não aprovado, e outros projetos de lei.

No âmbito da educação, segundo Falcão (2024), constata-se a disponibilidade de um conjunto diversificado de recursos textuais direcionados ao suporte da implementação de estratégias pedagógicas que abordem as temáticas da diversidade sexual e de gênero. Tais recursos visam, concomitantemente, a profilaxia de agravos à saúde e a promoção do bem-estar, bem como a salvaguarda dos direitos humanos. A título de exemplo podem ser mencionados: a) Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998); b) Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004); c) Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola (Brasil, 2013); d) Programa Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2008).

Nesse sentido, a educação assume um papel fundamental na luta contra a homofobia, a intolerância a identidade de gênero e os estereótipos de masculino e feminino. Por meio da educação, é possível promover o respeito à diversidade, a igualdade e a inclusão, combatendo a discriminação e o preconceito. No entanto, é preocupante o crescente conservadorismo no país, que propaga um discurso em defesa da “família tradicional brasileira”, da moral e dos bons costumes. É fundamental reconhecer que essa visão limitada exclui e invisibiliza as diversas formas de famílias existentes, incluindo as famílias LGBTQIA+. É fundamental que a educação abrace e celebre essa diversidade, reconhecendo que todos os tipos de famílias são válidos e merecem respeito. Entretanto, convém mencionar, segundo Pellegrini, Costa e Dallemole (2024, p. 99), que a opinião da política conservadora não necessariamente reflete a opinião da população brasileira. Em pesquisa encomendada pelo DataFolha em 2022, 7 em cada 10 brasileiros concordam que a educação sexual seja abordada no ambiente escolar, enquanto apenas 3% acreditam que o principal problema da escola pública são os conteúdos ensinados em sala de aula.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo realizar uma análise dos desafios e das possibilidades relacionadas à abordagem da temática da diversidade sexual e de gênero na formação e na prática docente, utilizando uma abordagem bibliográfica e documental. Como parte deste estudo, foi desenvolvida uma proposta de prática cineclubista que oferece abordagens diferenciadas para a temática em questão no

contexto escolar. As fontes documentais utilizadas foram principalmente jornais, revistas e reportagens da época da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Esse recorte temporal considera a forte repressão ocorrida nesse período, o que se expressou de forma ainda mais violenta com relação à população LGBTQIA+.

Nesse sentido, a aproximação com o conservadorismo vivenciado na atualidade, mais especificamente, no pós-2010, marcado por eventos como a disseminação do termo pejorativo “kit-gay”, revela-se ainda mais pertinente. É, sobretudo, nesse período recente que identificamos marcos específicos que impactaram diretamente a formação docente e a abordagem da diversidade sexual e de gênero nas escolas. Nesse sentido, a retirada dessas temáticas dos Planos de Educação em diferentes níveis, a ascensão do sintagma: “ideologia de gênero” como ferramenta de desinformação e ataque, a proliferação de discursos de ódio midiáticos contra minorias sexuais e o enfraquecimento de órgãos e programas de inclusão são exemplos concretos desse retrocesso.

A omissão do tema diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar não é apenas uma lacuna no currículo, mas sim um comportamento conivente com a perpetuação de preconceitos, discriminações e da heteronormatividade masculinizada.

Heteronormatividade é uma idealização de expressão de gênero, obrigação social para que todos sejam e se comportem como heterossexuais. Os homens, em particular, devem ser fortes, viris, insensíveis, “pegadores”, não andar com meninas, usar cores “másculas” entre outras imposições. Quem não se submete a essas normas enraizadas, tem sua sexualidade questionada, é excluído e enfrenta dificuldades. (Oliveira; Solon, 2022, s/p.).

Essa invisibilidade reforça a ideia de que apenas uma forma de ser e amar é válida, excluindo e marginalizando minorias e criando um clima de insegurança e hostilidade para quem não se encaixa no molde normativo.

O MOVIMENTO LGBTQIA+NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Falar dos direitos e das conquistas da população LGBTQIA+, principalmente no que se refere a direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal, se faz necessário para resgatar o propósito ou ainda o direito máximo de todo cidadão: o direito à vida digna ou ainda a dignidade humana. Esses direitos e garantias, que também estão presentes na

Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros ordenamentos jurídicos, foram retirados principalmente por um período (Ditadura Militar) da população LGBTQIA+, e que agora luta quase que diariamente por esses e tantos outros direitos violados constantemente.

De acordo com dados do Dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTQIA+ no Brasil (Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT, 2022), apenas em 2021 foram registradas 316 mortes de pessoas LGBTQIA+ (quase 5 mortes por semana). Esses dados também apontam que, de 2000 a 2021, o preconceito e a intolerância causaram a morte de aproximadamente 5.362 pessoas, considerando apenas os casos registrados e documentados corretamente.

O movimento LGBTQIA+ no Brasil fez e continua fazendo um longo caminho para garantir seus direitos, reconhecimento e respeito, como em outros lugares do mundo. Antes de tudo, é importante destacar que o movimento homossexual não se limita a oferecer suas propostas apenas a homens e mulheres que têm sua orientação sexual de acordo com seu respectivo sexo, aqui representados pelos termos gay ou lésbica. Esse movimento foi fortemente reprimido pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), o que levou à suspensão de muitos direitos, incluindo a liberdade de religião e a liberdade de movimento (Ferraz, 2017).

É importante considerar que a ditadura impediu o movimento devido à repressão, censura e violação dos direitos humanos. O Brasil era um defensor da liberdade sexual no mundo nessa época. No entanto, com o aumento da censura e da repressão a movimentos sociais contra o regime militar, os movimentos, incluindo o LGBTQIA+, foram paralisados ou atrasados, o que fez com que essa população tivesse que "viver" em guetos (Green; Quinalha, 2021).

Devido a essa socialização, surgem novos espaços como Boates e Bares LGBTQIA+, saunas e locais de "pegação", como praças e parques. Para o iniciado no mundo artístico de figuras públicas exóticas como o carnavalesco Clovis Bornay e o costureiro Clodovil, entre outros, que, por suas falas, comportamentos e roupas, provocam discussões e debates sobre a população homossexual.

Figura 1 - Capa do jornal "Lampião da Esquina" com o costureiro Clodovil
Hernandes, 1978



Fonte: Grupo Dignidade (s. d.).

Se não houvesse movimento LGBTQIA+, a luta contra o preconceito sexual ganharia um novo inimigo, principalmente quando o Estado obrigava a sociedade a seguir as regras ultraconservadoras. Um exemplo de preconceito é quando a aflição de ter a sexualidade identificada e exposta chega ao ambiente de trabalho, e foi o que ocorreu no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) em 1969, após a promulgação do AI-5. Na ocasião, o Ministério criou uma comissão para investigar o comportamento de indivíduos homossexuais, alcoólatras e emocionalmente instáveis que estavam trabalhando lá. Essa comissão foi chamada de “Comissão de Investigação Sumária”.

Canais de TV, editoras, jornais e outros canais de comunicação foram censurados, principalmente aqueles que abordavam a temática LGBTQIA+. Esses materiais para homossexuais sobreviveram quando as grandes cidades cresceram e possibilitaram às pessoas socializarem seus modos de agir e pensar. Nesse sentido, o primeiro grupo homossexual do Brasil foi criado em 1961, durante um encontro casual de onze amigos. Esses encontros eram regulares e envolviam desfiles e competições, música e discussões sobre a homossexualidade. A ideia não era ser um movimento de militância, mas sim um clube social reservado a homossexuais (Facchini, 2003).

Nesse contexto, o ativismo homossexual ganhou força e surgiu o jornal “Lampião da Esquina”, que visava defender a população LGBTQIA+ e denunciar os abusos e assassinatos que essas pessoas sofrem. O jornal também discutia questões sociais como aborto,

legalização das drogas e outras questões. As capas sempre traziam notícias importantes e atraentes, com personagens que eram gays ou apoiavam a causa LGBTQIA+

Foi na edição nº 0 que os fundadores de Lampião da Esquina, usando um texto chamado “Saindo do Gueto”, se posicionaram de forma firme a barrar as tentativas de crítica a vivência homossexual ou opressão.

LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (LAMPIÃO da Esquina, Nº 0, 1978a). [...]. A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que o jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais. (Lampião da Esquina, 1978).

No entanto, mesmo sem representação feminina, o “Lampião da Esquina” sempre abordou os temas femininos e o movimento feminista. Além de tratar das causas de homens homossexuais e de mulheres lésbicas com respeito e seriedade, também incluíram outras causas, como o movimento negro, feminista e ambientalista, a repressão policial e os direitos dos trabalhadores.

Simões e Facchini (2009) concluíram que o Jornal Lampião da Esquina não era apenas um jornal sobre temas gays, pois tinha escritores, jornalistas e intelectuais notáveis na cultura do Brasil da época.

Figura 2 - Manchete do jornal “Lampião da Esquina - A matança dos homossexuais”



Fonte: Grupo Dignidade (s. d.).

Sem dúvida, o jornal foi muito importante para o movimento homossexual, pois foi a primeira publicação a abordar o tema de forma ampla e objetiva, já que era um tema tão polêmico na sociedade da época. Além disso, o Lampião da Esquina contribuiu para o desenvolvimento do movimento homossexual brasileiro, o informativo trouxe reflexão e militância ao movimento.

Outra fonte brasileira de informação e publicação LGBTQIA+ foi o Jornal Chana com Chana, fundado em 1981 pelo grupo de lésbicas conhecido como GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), que comercializava o jornal no *Ferro's Bar*, um local destinado ao público lésbico. Os donos do bar não permitiam essa recepção e, em 1983, eles decidiram expulsar as pessoas que vendiam o jornal. Em 19 de agosto de 1983, um grupo de mulheres se rebelou contra uma ação dos proprietários do *Ferro's Bar* de proibir a venda de jornal no local. Esse ato foi chamado de “Stonewall brasileiro”. Na manhã seguinte, clientes e ativistas invadiram o bar para ler um manifesto em defesa dos direitos lésbicos (Ferraz, 2017).

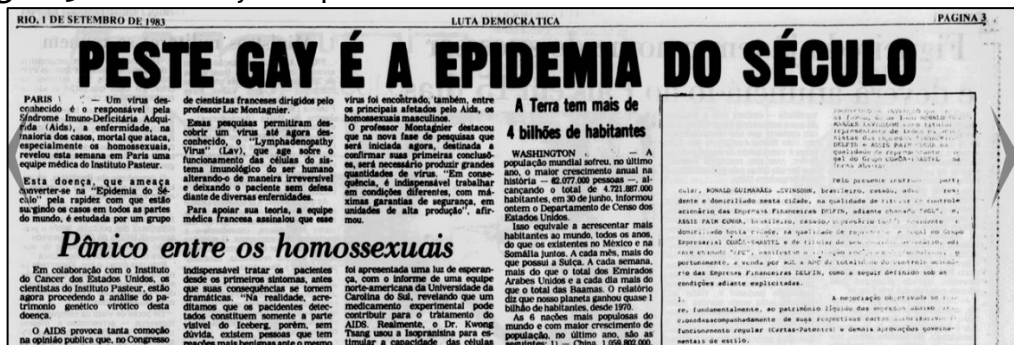
Durante a ditadura militar, várias tentativas foram feitas para organizar a população LGBTQIA+ de forma política. No entanto, somente em 1978, o Grupo de Afirmação Homossexual, também conhecido como Grupo SOMOS, deu origem aos debates políticos sobre a população LGBTQIA+ e ao Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Em 1979, no

Rio de Janeiro, o grupo SOMOS organizou o 1º Encontro de Militantes LGBTQIA+ O objetivo desse evento foi discutir a inclusão da temática e outros assuntos da população LGBTQIA+ na Constituição Federal, além de iniciar uma campanha para que a homossexualidade, então conhecida como homossexualismo, deixasse de ser considerada uma doença.

Em 13 de julho de 1980, a primeira Marcha Gay de São Paulo aconteceu na frente do Teatro Municipal. Foi uma manifestação para protestar contra os abusos na atuação do famoso Delegado Richetti. Essa marcha é considerada uma antecessora da Parada do Orgulho LGBTQIA+. A celebração do grupo SOMOS ocorre então em 1980, precedida por divisões internas e problemas financeiros. Após sua fragmentação, o grupo foi chamado de Movimento LGBTQIA+ e se dividiu em três outros grupos. Eles foram o Grupo Lésbico-feminista (que mais tarde foi chamado de GALF) e o Grupo de Ação Homo sexualista, que mais tarde foi chamado de Outra Coisa (Frye; Macraé, 1985).

Ainda em 1980, o movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), como era conhecido na época, enfrentou a epidemia do HIV juntamente com a população em geral. Foi necessário mudar o estilo da militância e intensificar a luta pela identidade de gênero e orientação sexual, pois a população foi acusada de portar e transmitir o vírus mortal, que muitos chamavam de "câncer gay".

Figura 3 - “Peste Gay é a epidemia do Século” e “Pânico entre os Homossexuais”



Fonte: Biblioteca Nacional (s. d.)

A quantidade de grupos associados ao movimento sofreu queda significativa antes do final da primeira metade dos anos 1980. Isso pode ser justificado, entre outras coisas, pelo inerente da AIDS, então chamada de peste gay, e seu poder de desmobilizar as propostas de libertação sexual. Além disso, muitos líderes tentaram lutar contra a AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (Facchini, 2003).

A década de 1990 traz o envolvimento de grupos em defesa da causa homossexual no país. Após uma explosão dos anos 1970 e a queda dos anos 1980, os eventos estimularam a militância e o envolvimento em movimentos de luta em defesa dos direitos humanos. O Grupo Corsa, fundado em 1995, o Grupo Arco-íris, fundado em 1993, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 1995 e, por fim, o Grupo Diversidade Niterói, fundado em 2003, são grupos que têm uma grande representação na nova fase do movimento (Facchini, 2003).

Em 1997, ocorreu na cidade de São Paulo a primeira Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (travestis e transexuais) do Brasil. A Parada Gay busca o controle dos espaços públicos para permitir uma troca de vivências e experiências entre indivíduos pertencentes a quaisquer classes sociais, além de aumentar a visibilidade da causa. Ao aumentar a visibilidade da comunidade LGBTQIA+, foi necessário alterar o nome dos movimentos. Eles passaram a se chamar o movimento GLBS (gays, lésbicas, bissexuais e simpatizantes), mas adicionaram a sigla T ao nome do movimento para incluir travestis, transexuais e transgêneros.

Atualmente, a sigla é configurada como LGBTQIA+. A letra L representa mulheres que se identificam como mulheres e têm desejos sexuais do mesmo sexo, enquanto a letra G representa os gays, que são homens que se identificam como homens e têm desejos sexuais do mesmo sexo. A letra B representa os bissexuais, ou aqueles que têm interesse sexual por ambos os sexos; A letra "T" refere-se a pessoas transexuais, travestis, transgênero ou não binários, ou seja, aqueles que possuem uma identidade de gênero que não é mantida masculina ou feminina, o que os torna inconformistas de gênero. A palavra queer, que vem da língua inglesa, não apenas significa estranha, mas também pode ser traduzida como questionamento (Reis, 2018). Além disso, a letra I representa os indivíduos intersexo, a letra A, os assexuais, e a letra P representa os indivíduos pansexuais. A inclusão do símbolo + é uma forma de reconhecer as demais identidades e orientações não explicitadas nas letras anteriores.

Ao longo de sua história, o movimento homossexual garantiu importantes vitórias para as minorias por ele defendidas e levou a reflexões profundas sobre o assunto, permitindo uma segurança social, retirando a criminalização da homossexualidade e dando aos cidadãos a liberdade de escolher seu gênero. A luta pelos direitos humanos e o respeito

pela diversidade está em constante mudança. O movimento ajudou a levantar questões que a sociedade precisava discutir e aprender a observar a diversidade (Chamiço Netto, 2022).

O PRECONCEITO, A HOMOFOBIA E O AMBIENTE ESCOLAR

A naturalização da realidade enfrentada pela população LGBTQIA+ no Brasil desempenha um papel significativo na posição do país em relação ao elevado número de mortes dessa população. Independentemente desses números refletirem homicídios, suicídios ou outras formas de violência, eles evidenciam uma sociedade imersa em crueldade, preconceito e, muitas vezes, no derramamento de sangue de inocentes. A escola, infelizmente, desempenha um papel contribuinte para essas estatísticas. A educação, por sua vez, deve ser uma ferramenta de combate à homofobia, à intolerância em relação à identidade de gênero e aos estereótipos de masculinidade e feminilidade.

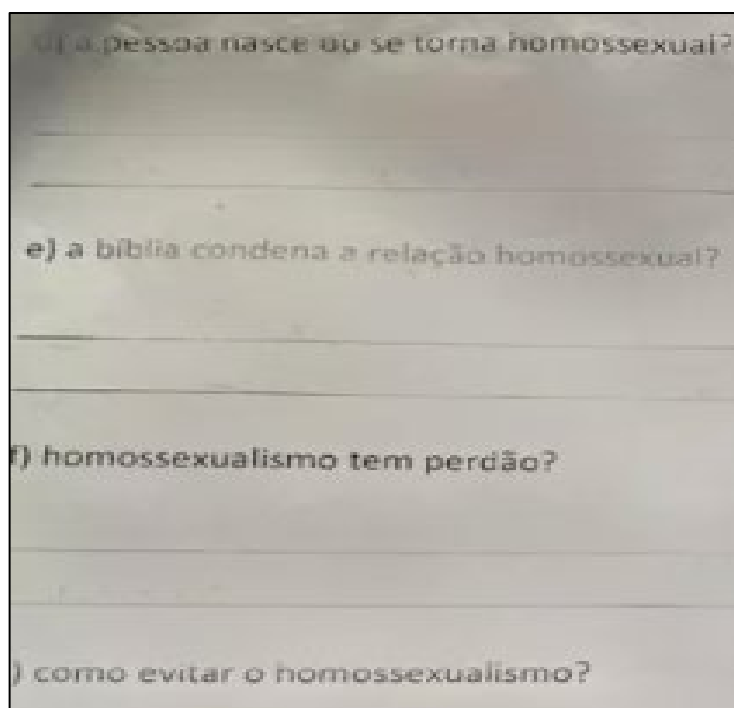
Lamentavelmente, o conservadorismo tem ganhado força no país com o discurso de defesa da "família tradicional brasileira", da moral e dos bons costumes. No entanto, todo indivíduo LGBTQIA+ possui uma família e provém de um contexto familiar que inclui mãe, pai, irmãos, avós, tios e outros membros, constituindo-se como um ser com uma família própria. Impedir suas escolhas e sua forma de amar ou ser só os força a reinventar sua própria existência, e quando eles não conseguem fazê-lo devido à falta de afeto ou à violência, o suicídio muitas vezes parece ser a única fonte.

A conjuntura conservadora que se expressa no Brasil no pós-2010, que não obstante suas particularidades, dialoga indiretamente com os ecos da ditadura militar ao promover a homogeneização, aversão à diferença e a tentativa de controle ideológico é marcada, entre outras mazelas, pela perseguição e a violência direcionadas a docentes e grupos de pesquisa que se dedicam a essas temáticas remetem a um clima de intimidação e censura que guarda semelhanças com o período autoritário. Assim, compreender essa articulação entre o passado ditatorial e o presente conservador é fundamental para analisar os desafios contemporâneos na educação e na promoção da diversidade, bem como para resistir aos retrocessos e construir um futuro mais inclusivo e democrático.

Nesse sentido, é preciso mencionar a retirada dessas temáticas dos Planos de Educação em diferentes níveis, a ascensão do sintagma “ideologia de gênero” como ferramenta de desinformação e ataque, a proliferação de discursos de ódio midiáticos contra minorias sexuais e o enfraquecimento de órgãos e programas de inclusão são exemplos concretos desse retrocesso.

A título de exemplo, sobre essa conjuntura, vale lembrar que em 2019, o site “UOL Educação” publicou uma reportagem com o título “Prova com questões homofóbicas causa revolta entre alunos de escola no Pará”. Na reportagem, o portal relata que, em Belém do Pará, uma escola adventista teria aplicado uma prova de Português com questões de cunho homofóbico (Vasconcellos, 2019).

Figura 4 - Questões da Prova de Língua Portuguesa



Fonte: Vasconcellos (2019)

Estamos imersos em um mundo de constantes mudanças, onde a escola sozinha não é capaz de conseguir resolver e amenizar esses cenários tampouco os dados, mas algo precisa ser feito logo. Amanhã essas discussões podem estar ultrapassadas se analisarmos pelo processo da evolução humana. Torres (2013, p. 9) lembra que “as formas de expressão da sexualidade e a variedade das práticas sexuais são construções sociais e históricas. [...]

Outras sexualidades ainda poderão nos levar a questionar tudo o que até agora pensávamos sobre diversidade sexual”.

Ressalta-se que a discussão sobre igualdade de gênero e a diversidade sexual no ambiente escolar poderá trazer resultados positivos, especialmente quando iniciada nos anos iniciais da educação. Quando a homofobia está presente nas escolas, ela atua de maneira a deseducar e a prejudicar a formação de todos os envolvidos, mas o ônus disso é ainda maior para os alunos LGBTQIA+, que diariamente confrontam um mundo que não os apoia ou os acolhe.

É necessário insistir na quebra de tabus para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e capaz de abraçar as diferenças de forma a não gerar discriminação e modelos repressores de comportamento. A exclusão começa em casa com a família e segue para a escola, que não resolvida segue para a carreira profissional, afeta sua saúde, seu ser político pensante e de direito e o fim é sem dúvida algum tipo de violência.

Figura 5 - Ciclo de Exclusão



Fonte: Carta Capital (2021).

Embora a diversidade seja um princípio fundamental da educação, a realidade nas escolas brasileiras ainda é marcada por um cenário preocupante, como alertam, Louro (1997), Furlani (2007), Dinis (2008) e França (2014). Apesar das legislações que garantem direitos básicos, a vivência de estudantes LGBTQIA+ é permeada por violências físicas, psicológicas e simbólicas, como agressões verbais e físicas, *bullying*, segregação, piadas ofensivas, exclusão de atividades e propagação de estereótipos. Essa atmosfera de

hostilidade gera diversos impactos negativos na vida desses jovens, como queda na autoestima, depressão, ansiedade, evasão escolar e até mesmo ideação suicida. A falta de representatividade positiva e de espaços seguros contribui para o sentimento de invisibilidade e marginalização, dificultando o desenvolvimento pleno de suas identidades.

Precisamos aceitar a sexualidade nas escolas de modo a entender como ela se apresenta para LGBTQIA+ e heterossexuais, não permitindo que invisibilizem os LGBTQIA+ e sua sexualidade. Quando enfrentada a demanda e trabalhada de forma natural, nosso ambiente educacional é capaz de educar e fortalecer a todos que buscam mais que educação nos bancos da escola. Percebe-se que a sexualidade e orientação sexual é, para educadores e membros do ambiente educacional, uma barreira, muitas vezes causada pela ausência de informação na sua formação como professor ou educador, mas também pela dificuldade de aceitação do tema em sua vida pessoal, ou ainda pelas famílias religiosas.

A omissão dessa temática compromete o bem-estar social da população LGBTQIA+, assim como seu direito à educação, cidadania, saúde e aprendizagem, podendo até levar ao suicídio. No entanto, uma discussão sobre diversidade sexual e de gênero deve ser incentivada, reconhecida e integrada à formação dos profissionais da educação, bem como à sua prática pedagógica e educacional. É essencial considerar a transversalidade e interdisciplinaridade do tema no ensino, pois deixar de discuti-lo e compactuar com o silêncio é permitir a ocorrência da opressão. Dinis (2011) ressalta a importância de uma resistência ao currículo heteronormativo por parte dos novos professores, sendo necessário incluir a temática da diversidade sexual e de gênero nos currículos de formação.

A sexualidade e suas questões vão além dos limites estabelecidos pelos documentos curriculares, muitas vezes havendo falta de comunicação entre eles. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) aborda o tema de forma superficial, com o objetivo de formar cidadãos voltados principalmente para o cuidado com a própria saúde, em vez de compreender as diferenças de comportamento e corpo. Compreender esses aspectos, juntamente com outros relacionados à temática, requer uma abordagem baseada em direitos humanos, emancipatória e sexual, que não é abordada nos currículos escolares, mas que se espera que os professores possuam. Ou seja, os professores precisam ser capazes de abordar temas como sexualidade e gênero, permitindo que os alunos dialoguem e debatam sobre a temática.

Nesse sentido, a formação docente precisa ser adequada para permitir o trabalho em sala de aula, preparando cidadãos conscientes de seu papel, livres de preconceitos e tabus, capazes de conviver com as diferenças, independentemente de classe social, gênero, raça ou crença. A falta de instrução ou formação adequada aos professores gera mais preconceito do que respeito às diferenças, com exclusão de alunos que não se enquadram no padrão heteronormativo. Esse padrão é responsável pela falta de informação e pela perpetuação da homofobia. Assim, é crucial abordar a temática da diversidade sexual e de gênero em sala de aula, seja nos cursos de formação de professores ou em outras disciplinas que contemplem a transversalidade do tema, tendo como principal fundamento a consideração dos direitos humanos.

Embora alguns avanços tenham sido alcançados para essa população, os desafios ainda são enormes. Não se espera que esses avanços sejam sempre conquistados apenas por meio de processos jurídicos ou disputas, mas sim pela iniciativa livre da sociedade, como um direito de todos e para todos. A igualdade de direitos deve começar com a educação em todos os níveis escolares, não podemos permitir, reproduzir ou aceitar pensamentos e ações que reforcem normas heteronormativas e sexistas.

CINECLUBE DA DIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A partir das considerações anteriores, o objetivo neste tópico é apresentar uma proposta de atividade cineclubista, cujos filmes sugeridos abordem direta ou indiretamente a temática Diversidade Sexual e de Gênero no contexto da população LGBTQIA+, uma vez que os alunos que não se enquadrem no padrão heteronormativo de sociedade possam acabar sofrendo discriminação ou preconceito no ambiente escolar.

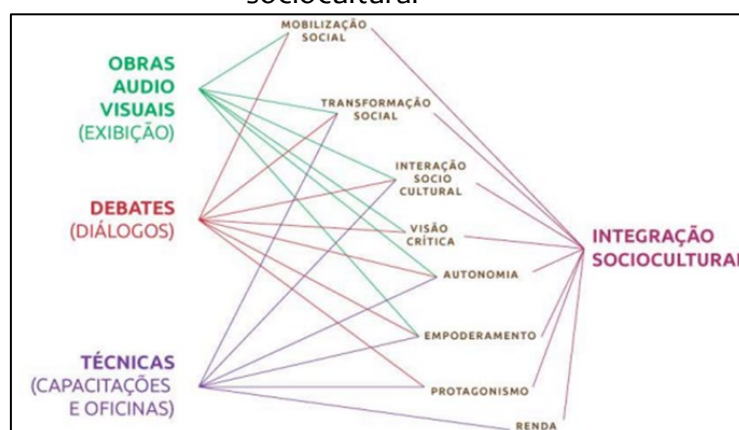
Dada a diversidade de filmes selecionados para contemplar diferentes públicos de acordo com a idade, recomenda-se que cada sugestão seja adaptada para atender aos objetivos específicos dos contextos em que forem aplicadas. Nesse sentido, poderão ser promovidas sessões específicas, direcionadas tanto para formação continuada de professores a respeito da temática LGBTQIA+, quanto sessões com estudantes de todas as etapas de escolarização. Logo, essas sugestões de propostas práticas visam trabalhar de forma didático-pedagógica e possibilitar que sejam realizados debates e atividades a fim

de contribuir para que o ambiente escolar seja mais receptivo e acolhedor, sobretudo no que diz respeito à temática LGBTQIA+

Vale lembrar, de acordo com Duarte (2009, p. 82), que “além de favorecer o acesso a bons filmes, é preciso também ensinar a analisá-los e a julgá-los, sem ceder à tentação autoritária de ‘fazê-las ver’ como vemos, impondo a elas nossos critérios de gosto”. Nesse sentido, foram selecionados 21 filmes para propostas de Sessões de Cineclube, cujas reuniões abordarão a temática LGBTQIA+. Os filmes são de origem nacional ou internacional, agrupados nas categorias filmes e documentários que podem ser trabalhados em sala de aula. Outrossim, recomenda-se que se apresente a resenha dos filmes antes da exibição, a fim de alinhar perspectivas e objetivos com o filme escolhido, de modo que objetivos sejam alcançados e não resultem em conclusões desconectadas com a realidade da população LGBTQIA+.

A versão completa da proposta desenvolvida no *Microsoft Sway* está disponível em: <<https://sway.cloud.microsoft/cowdb5n1NHsFFRsJ?ref=Link>>.¹ Para as Sessões de Cineclube, sugere-se que seja acrescentado 1 hora e 30 minutos ao tempo de duração do filme/documentário sugerido para cada sessão. Ou seja, se o filme tiver 1h30min. de exibição, será acrescentado 1h30min para as discussões e debates acerca do filme e temática.

Figura 6 - Dimensões práctico-formativas do cinema e os indicadores da integração sociocultural



Fonte: Santos (2016, p. 43).

¹ Para um detalhamento sobre que tipo de discussão pode ser feita a partir de cada filme indicado, para qual faixa etária, entre outros elementos, pode ser consultado o capítulo IV, intitulado: Cineclube da Diversidade da dissertação de **Chamiço Netto** (2022, pp. 118-145).

Pensar no cinema como uma instância “pedagógica” importante, nos leva a querer entender melhor o papel que ele desempenha no ambiente escolar. Tal compreensão conduz ao entendimento de que a transmissão e a produção de conhecimento não é tarefa exclusiva da escola – embora ela tenha um papel fundamental nesse processo – mas também ocorre em outras partes da socialização. Nesse sentido, “é tarefa dos meios educacionais oferecer recursos adequados para a aquisição desse domínio e para a ampliação da competência para ver, do mesmo modo como fazemos com a competência para ler e escrever” (Duarte, 2009, p. 81).

Elaborou-se uma descrição relacionando o Modelo *FIPELD*² com a temática das sessões de Cineclube, aqui propostas, para que sejam realizadas em cada Sessão do Cineclube, considerando os ajustes e adaptações necessárias:

Fase 1 – Motivação: os professores em formação deverão conhecer os filmes propostos e identificar neles qual mais o motiva a ser trabalhado em sala a fim de preencher a Ficha Técnica e compreender melhor por que se identificou e escolheu usar esse filme? Que ganhos terão? Quais apontamentos serão apresentados? O que podemos fazer de diferente em nosso dia a dia?

Fase 2 – Preparação: os professores de conhecimento do filme a ser trabalhado na sessão do Cineclube deverão elaborar um plano de aula que contemple o filme a ser exibido com seus alunos, a Ficha Técnica e o Roteiro de Atividade (Sessão de Cineclube) na turma que lecionam.

Fase 3 – Ação: o professor irá executar seu plano de ação alinhando suas ideias aos objetivos de aprendizagem. Nesta fase, com a apresentação do filme, será o momento de o professor entender e perceber se sua proposta pedagógica terá os resultados esperados. Assim o professor deve registrar como transcorreu a atividade elencando os pontos fortes e fracos, se houve imprevistos ou questionamentos, a reação dos alunos e até se o que imaginou como reação deles aconteceu?

² O modelo *FIPELD* parte da premissa de que o professor deve tomar partido das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para sua autoformação, mas com foco na aplicação destas na sua prática pedagógica junto a seus alunos de forma integrada. A proposta *FIPELD* não se trata de um curso específico de formação de professores para o uso das tecnologias, mas corresponde a um modelo referencial que pode ser adaptado para oficinas em grupos de professores de uma escola ou mesmo uma formação maior para uma rede de ensino (Alves; Silva, 2020, p. 125).

Fase 4 – Avaliação: nessa fase, deve-se realizar a avaliação do impacto esperado e alcançado do filme com os alunos. E, por meio de um debate (sugere iniciar pelo Roteiro para Debate) sobre o filme proposto, o professor deve reunir os alunos a fim de realizar uma interação percebendo o alcance do filme e do debate, compreendendo que problemas surgiram ou foram resolvidos.

Fase 5 – Reação: na reação, é importante que o professor, com base no debate anterior e nos feedbacks, permita que os alunos troquem experiências vivenciadas na vida pessoal e ainda as motivadas pelo filme e debate. Ao professor, cabe a tarefa de mediar essa ação e anotar as questões levantadas, de modo a compreender se a sessão de Cineclube foi bem-sucedida. Cabe ainda refletir sobre pontos positivos e negativos no uso desse filme proposto, entendendo principalmente como essa fala chegou aos alunos e que ganhos ou perdas eles tiveram.

Recomenda-se que as sessões de Cineclube sejam realizadas na ordem temática e, ao final das discussões sobre os temas propostos, seja assistido ao filme sugerido pelo formador, que será responsável por explorar a temática agora com base no filme, reforçando assim os conceitos ou definindo outros ainda não existentes ou desconhecidos pelos alunos, possibilitando também novas discussões complementares das já realizadas e seguindo o Modelo *FIPELD*, por sua vez adaptado para essa sessão.

Duarte (2009, p. 36) recorda que quando trabalhamos o filme ou cinema como fonte geradora de cultura, “determinadas experiências culturais, associadas à certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais”. Assim, recomenda-se que o professor assista previamente ao filme sugerido para cada encontro e confeccione uma Ficha Técnica do filme a ser exibido. Essa tarefa é importante para contribuir no processo de compreensão do filme, nas discussões de sala e, principalmente, para que seja possível prever possíveis cenários no desenvolvimento da sessão de Cineclube.

Para fins ilustrativos e como exemplo para o preenchimento da Ficha Técnica, utiliza-se o filme *Laços de Afeto*, indicado para uma das Sessões de Cineclube aqui propostas (Quadro 1).

Quadro 1 - Exemplo de Ficha Técnica preenchida

FICHA TÉCNICA	
Título do Filme:	Laços de Afeto / <i>Il filo invisibile</i>
Direção:	Marco Simon Puccioni
Ano:	2002
Local de Produção:	Itália
Elenco:	Filippo Timi, Francesco Scianna, Francesco Ghoghi
Classificação:	16 Anos
Gênero:	Drama
Duração:	1hora e 30 minutos
Sinopse:	Um adolescente, filho de dois pais <i>gays</i> , decide fazer um documentário sobre a família, mas o que começa como um passatempo vira um drama de família

Fonte: elaboração dos autores (2023).

Um complemento da ficha técnica que poderá contribuir no desenvolvimento das discussões e atividades é a realização de pesquisas sobre curiosidades ou histórias ligadas ao filme e seus atores. Essas curiosidades podem ser sobre a locação do filme, efeitos especiais, dos atores, entre outras. O professor poderá utilizar essas informações para despertar ainda mais o interesse dos participantes para o filme e as reflexões que ele possibilita. A título de exemplo a seguir, apresenta-se o Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese da organização de uma sessão de Cineclube

1ª SESSÃO DE CINECLUBE	
Roteiro de Atividade	
Sugestão de Filme:	Luca
Temática:	Diversidade Sexual e de Gênero
Objetivos:	<p>Geral: Discutir a temática do ponto de vista de Sexo Biológico e Gênero.</p> <p>Específicos: Compreender o entendimento acerca de: Gênero e Sexualidade; Identificar focos de Preconceito na Escola; Diagnosticar desrespeito no Ambiente Escolar; Introduzir os temas: sexo, sexualidade, gênero, homossexualidade.</p>
Observações:	A utilização desse filme objetiva também verificar a compreensão da temática e como se dá o comportamento/pensamento mediante uma possível relação LGBTQIA. Uma vez que o filme não expressa claramente a temática, mas apresenta cenas de possível compreensão.

Fonte: elaboração dos autores (2023).

Ressalta-se que a exploração do percurso de formação dos cineclubes implica abordar a questão do cinema como um meio comunicativo intrínseco à práxis humana, que

surge em virtude do tempo livre dedicado às atividades de lazer e das transformações que afetaram diversos aspectos da experiência coletiva. Essas transformações foram impulsionadas principalmente pelo contexto de formação dos Estados Nacionais e pelas mudanças ocorridas na comunicação humana no cotidiano, decorrentes do desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, a análise desse percurso de formação abrange o estudo das gerações que tiveram seus primeiros contatos com a sétima arte por meio desses ambientes de sociabilidade, nos quais os aprendizados miméticos foram experimentados pelo meio do consumo simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, o objetivo principal foi sustentar a importância da inclusão da temática da diversidade de gênero e sexual na formação tanto de professores quanto de alunos de diferentes níveis escolares, assim como a sua integração nos currículos escolares, visando informar e combater o problema do preconceito. Idealmente, almeja-se uma escola inclusiva e livre de atendimento, em que diferentes grupos com base em gênero, sexo, etnia, nacionalidade e todas as outras diferenças sejam objetos de discussão e aprendizado baseados exclusivamente na valorização das diferenças, e não na segregação.

Nesse contexto, é fundamental que o tratamento igualitário seja assegurado em conformidade com a lei e considerando as diferenças, independentemente de sua magnitude ou visibilidade. Essa abordagem deve ser um compromisso tanto do Estado quanto da sociedade, uma vez que somente através dela poderemos construir uma sociedade mais justa e proporcionar o pleno desenvolvimento da cidadania para todos. Alicerçando o debate, encontra-se o princípio da igualdade, consagrado em diversos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal Brasileira. Esse princípio estabelece que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos e liberdades fundamentais, devendo ser tratados com equidade e respeito.

O reconhecimento da diversidade e da intersecção entre diferentes grupos sociais é fundamental para a efetivação do princípio da igualdade. Isso significa compreender que as pessoas não são homogêneas e que as desigualdades podem se combinar e se

intensificar, criando situações de maior vulnerabilidade para determinados grupos. Apesar dos avanços conquistados, ainda há diversos desafios para a plena realização da igualdade. A persistência de preconceitos, discriminações e desigualdades estruturais exigem ações contínuas e multifacetadas.

As análises focalizaram a necessidade premente da inclusão da educação sexual, gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Argumentou-se que tais temáticas precisam permear todo o contexto da vida social, desde o âmbito familiar até a escola, na qual se propõe uma abordagem sistemática, contínua e crítica, mediada por professores formados de maneira apropriada. Ressaltou-se a necessidade de fomentar debates acerca de relações de gênero, sexualidade, diversidade e outros temas correlatos, promovendo a construção de conhecimentos e reflexões críticas em sala de aula.

Nesse contexto, apresentou-se uma proposta que consiste na possibilidade de realizar sessões de cineclube com foco em diversos aspectos do universo LGBTQIA+. Por meio da exibição de filmes cuidadosamente selecionados, seguidos de explicitações e debates mediados por especialistas, a proposta visa oferecer instrumentos adequados para professores, pais e alunos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, espera-se que este estudo contribua para o avanço de novas pesquisas e práticas na formação e atuação docente, promovendo o respeito aos direitos humanos e colaborando para a eliminação do estigma da detecção por homofobia. Além disso, almejamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a promoção da cidadania e inclusão da população LGBTQIA+, por meio da articulação com diversas políticas sociais, educacionais, de trabalho e segurança.

Dessa forma, buscou-se utilizar o conhecimento científico e tecnológico para melhorar a condição de saúde e qualidade de vida dessa população, bem como de todos os indivíduos que integram o ambiente escolar. Ao invés de perpetuar a exclusão, a escola tem a oportunidade de se tornar um espaço de acolhimento e celebração da diversidade. O cineclube proposto neste estudo é um convite para que essa mudança se inicie, promovendo um ambiente escolar mais justo, inclusivo e humano.

REFERÊNCIAS

ACONTECE Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT. Dossiê de mortes e violências contra LGBTQIA+ no Brasil em 2021. Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenaciaslgbtqiplusibrasil.org/dossie/mortes-LGBTQIA+-2021/#dossie-completo-de-mortes-e-violencias-contra-LGBTQIA+-no-Brasil-em-2021>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ALVES, E. J.; SILVA, B. D. Estratégia de Formação de Professores com foco no desenvolvimento das Competências Digitais. In: HARDAGH, C. C.; FOFONCA, E.; CAMAS, N. P. V. **Processos formativos, tecnologias imersivas e novos letramentos: convergências e desdobramentos**. Curitiba: Editora Collaborativa, 2020

BIBLIOTECA NACIONAL. Peste gay é a epidemia do século. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital Brasileira, [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pesq=peste%20gay%20%C3%A9%20a%20epidemia%20do%20s%C3%A9culo&pagfis=70429>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 131, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professor@s em gênero, sexualidade e direitos humanos**. Caderno 4: Gênero, diversidade sexual e prevenção das violências. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

CARTACAPITAL. **Ciclo de exclusão** [imagem]. São Paulo: CartaCapital, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Ciclo-de-exclus%C3%A3o-300x227.png>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CHAMIÇO NETTO, R. L. Diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente: desafios e possibilidades com a prática cineclubista. 2022 169f. **Dissertação** (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) — Centro Universitário Internacional UNINTTER, Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.uninter.com/mestrado/wp-content/uploads/2023/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final_Roberto-Luiz-Chami%C3%A7o-Netto.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DUARTE, R. **Cinema & educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FACCHINI, R. Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituo um Histórico. **Cadernos AEL**, [s. l.], v. 10, n.18/19, 2003. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2510>. Acesso em: 21 mai. 2024.

FALCÃO, J. R. Descrição e análise do discurso da comunidade escolar sobre diversidade sexual e de gênero. **Epitaya E-books**, [S. l.], v. 1, n. 58, p. 479-492, 2024. DOI: 10.47879/ed.ep.2024984p479. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/979>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FERRAZ, T. Movimento LGBTQIA+: A Importância da sua História e do seu Dia. **Politize**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

FRANÇA, F. F. Representações sociais de gênero na escola: diálogo com educadoras. 2014. 186 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

FRYE, P.; MACRAE, E. **O que é Homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasilense, 1985.

FURLANI, J. Sexos, Sexualidades e Gêneros: Monstruosidades no Currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 01, p. 269-285, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5nNjC3xKQxqKZMXVLFrdQdh/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GREEN, J. N.; QUINALHA R. **Ditadura e Homossexualidades**: Repressão, Resistências e a Busca da Verdade. São Carlos: EdUFScar, 2021.

GRUPO DIGNIDADE. **Jornal Lampião da Esquina (1978–1981)**. Centro de Documentação Grupo Dignidade. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Edição nº 0 – Abril de 1978**. Grupo Dignidade, 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva Pós Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, F.; SOLON, Y. Homens não heteronormativos são oprimidos em sociedade machista. **Agemt**, 2022. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/homens-nao-heteronormativos-sao-oprimidos-em-sociedade-machista#:~:text=Heteronormatividade%20%C3%A9%20uma%20idealiza%C3%A7%C3%A3o%20de,%E2%80%9Cm%C3%A1sculas%E2%80%9D%20entre%20outras%20imposi%C3%A7%C3%B5es.> Acesso em: 07 abr. 2025.

PELLEGRINI, C. M. C.; COSTA, A. P. M.; DALLEMOLE, D. S. Curricularização da educação sexual e a proteção integral de meninas crianças e adolescentes: análise sob a perspectiva de gênero. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 97–110, 2024.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTQIA+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTQIA+/GayLatino, 2018.

SANTOS, M. P. Cineclube Comunitário: As Dimensões Prático Formativas do Cinema como Estratégia de Integração Sociocultural. 2016. 92f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35954>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TORRES, M. A. **A Diversidade Sexual na Educação e os Direitos da Cidadania LGBTQIA+na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VASCONCELLOS, H. Prova com Questões Homofóbicas causa revolta entre Alunos de Escola no Pará. **Educação Uol**, 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/19/prova-com-questoes-homofobicas-causa-revolta-entre-alunos-de-escola-no-para.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 ago. 2023.

Recebido em: 04/09/2024

Parecer em: 21/01/2025
Aprovado em: 07/04/2025